



Ter o reconhecimento por parte do pai é algo que aproximadamente 300 mil pessoas só em Pernambuco não possuem, informa a Associação Pernambucana das Mães Solteiras (Apemas). Por isso, o primeiro dia da 7ª Campanha de Reconhecimento Paterno Voluntário atraiu pessoas como Marli Oliveira, avó de um adolescente, que tenta colocar o nome do genitor nos documentos do garoto.

Ela foi nesta terça-feira (11.12) no posto de atendimento que está funcionando na Vila Olímpica, em Rio Doce, Olinda, buscar mais informações e com todos

os documentos voltará no segundo dia de atendimento, nesta quarta-feira (12.12), e com o pai do menino, das 9h às 16h. “É um sonho do meu neto e também é o nosso. É um serviço muito bom que a gente muitas vezes quer fazer, mas não sabe como e nem quem procurar”, afirmou a aposentada. Quatro municípios estão engajados neste trabalho: Olinda, Recife, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. Em Olinda, essa é a 4ª ação e tem participação da Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos. Um trabalho integrado entre a Prefeitura de Olinda, Apemas e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Ela foi nesta terça-feira (11.12) no posto de atendimento que está funcionando na Vila Olímpica, em Rio Doce, Olinda, buscar mais informações e com todos os documentos voltará no segundo dia de atendimento, nesta quarta-feira (12.12), e com o pai do menino, das 9h às 16h. “É um sonho do meu neto e também é o nosso. É um serviço muito bom que a gente muitas vezes quer fazer, mas não sabe como e nem quem procurar”, afirmou a aposentada. Quatro municípios estão engajados neste trabalho: Olinda, Recife, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. Em Olinda, essa é a 4ª ação e tem participação da Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos. Um trabalho integrado entre a Prefeitura de Olinda, Apemas e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A secretária executiva da Mulher e dos Direitos Humanos, Verônica Brayner, pontua ser um direito básico não só o nome nos documentos, mas todos os direitos que, sobretudo, as crianças têm. “Envolve muitos aspectos da vida de uma pessoa. Estaremos aqui até amanhã com estrutura para permitir que estas pessoas contem uma nova história a partir de agora”, afirmou a gestora.